



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

1 de 7

**Informação nº:** 70/2020 – DIASP2

Brasília (DF), 14 de setembro de 2020.

**Processo nº:** 00600-00004885/2020-08-e

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF

**Assunto:** Representação

**Ementa:** Termos de Colaboração. Decisões 1394/20 e 2489/20. Representação 11/2020 – G4P. Dispensa de Chamamento Público com base na Lei 13.019/2014. Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências. Termo de Colaboração Emergencial 01/2020. Covid-19. Possível prejuízo ao erário. Pelo conhecimento.

Senhor Diretor,

Tratam os autos do exame de regularidade de termos de colaboração voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, firmados pela Secretaria de Desenvolvimento Social do DF - SEDES/DF, em cumprimento aos itens V.b da Decisão 1.394/20<sup>1</sup> e I da Decisão 2.489/20<sup>2</sup>.

2. Nesta fase, procede-se ao exame de admissibilidade da Representação nº 11/2020-G49, que aborda o Termo de Colaboração 01/2020.

---

<sup>1</sup> Decisão 1.394/2020, inciso V, alínea b: O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: V – autorizar: b) o exame da regularidade dos termos de colaboração voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, firmados pela SEDES/DF, na auditoria tratada no Processo nº 7.743/2020; (peça 1, e-DOC 5BD639F9)

<sup>2</sup> Decisão 2.489/2020: O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – autorizar que o exame de regularidade determinado pelo inciso V, alínea “b”, da Decisão nº 1.394/20 seja realizado em autos apartados; II – determinar à Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal que disponibilize a Corte acesso integral aos processos administrativos referentes ao Termo de Colaboração nº 01/2020, ao Termo de Colaboração Emergencial nº 02/2020 e a outros termos de colaboração que eventualmente tenham sido firmados voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, enviando os respectivos links ou tabela contendo o número verificador dos documentos e os respectivos códigos CRC; (peça 4, e-DOC 87A03DEA)

**ADMISSIBILIDADE DE REPRESENTAÇÃO**

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO (e-DOC 3B097E26-e, peça 11)</b>	
<b>1.1 - Representante</b>	Ministério Público junto ao TCDF – Quarta Procuradoria
<b>1.2 - Teor da Representação:</b>	<p>O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCDF formulou a Representação nº 11/2020 (e-DOC 3B097E26, peça 11), após tomar conhecimento, por meio do Ofício 331/2020 – GAB DEP LÚCIA LUCY (e-DOC E8569554, peça 8), sobre possíveis irregularidades na execução das despesas realizadas no âmbito do Termo de Colaboração Emergencial 01/2020 – TC 01/2020, celebrado entre a Secretaria de Desenvolvimento Social do DF – SEDES/DF e o Instituto Tocar</p> <p>2. O ajuste decorreu da Dispensa de Chamamento Público, com fundamento na Lei 13.019/2014, cujo objeto foi o de selecionar Organização da Sociedade Civil - OSC, para a realização de Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com a finalidade de promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, tendo como meta o atendimento de 200 (duzentas) pessoas simultaneamente, sendo que o teto de gasto foi estimado no valor de R\$ 2.752.046,13 e vigência de 90 (noventa) dias, prorrogáveis.</p> <p>3. Conforme documentação apresentada ao MPJTCDF, a Parlamentar solicitou à SEDES/DF esclarecimentos acerca do Aviso de Reabertura da Dispensa de Chamamento Público publicada na Edição Extra do DODF 42-A, de 30/03/2020, o qual deu base para a celebração do TC 01/2020. Foram pedidas à Jurisdicionada informações acerca dos parâmetros utilizados para a seleção dos beneficiários do serviço e para a definição do montante estimado. Também foram solicitados à Pasta, pela Deputada, os valores unitários estimados para a estrutura do projeto, com descrição por item e valor total de cada um, consoante as especificações contidas na Nota Técnica 11/2020 – SEDES/SEADS/SUBSAS. (e-DOC 8C14BF22, peça 10, pág. 1/2, e e-DOC E7A65C76, peça 9).</p> <p>4. Diante das informações apresentadas pela SEDES/DF, em especial a que se refere aos dados da Planilha Comparativa elaborada a partir de pesquisa de preços da Subsecretaria de Administração Geral da Pasta, a Deputada identificou indícios de possíveis irregularidades em algumas aquisições previstas para a execução da parceria. (e-DOC 8C14BF22, peça 10, pág. 5/18).</p> <p>5. Especificamente, a Parlamentar se insurgiu contra o pagamento de alguns itens da Planilha que foram previstos para serem pagos de forma triplicada, como se tratassem de locação, ou de uso personalíssimo dos itens.</p> <p>6. Assim, a Deputada requereu a autuação do MPJTCDF com finalidade de que sejam apurados os fatos questionados, bem como, para que sejam tomadas as medidas legais necessárias.</p>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

3 de 7

7. Por sua vez, o Ministério Público, em análise da situação apresentada pela Sra. Deputada, verificou a existência de irregularidade e a presença de indícios de descumprimento de preceitos constitucionais e legais voltados para a boa e regular aplicação dos recursos públicos, especialmente no contexto da grave crise sanitária pela qual passa o DF.

8. Ao analisar os documentos apresentados pela Parlamentar, em especial os itens necessários para a execução do serviço, o MPjTCDF afirma que os resultados apontam inconsistências na definição dos valores estimados para execução do serviço, com possível reflexo no TC 01/2020.

9. Verificou que alguns itens que compõem a estrutura do serviço ajustado entre a SEDES/DF e o Instituto Tocar, a exemplo de cama, travesseiro, jogo de cama, roupeiro, secadora de roupa, ventilador, máquina de lavar, tiveram seus valores considerados como locação, ao invés de aquisição, apesar de a pesquisa de preços realizada pela Jurisdicionada ter sido feita com base no valor de aquisição dos artigos.

10. Assim, segundo o *Parquet*, parece pertinente sustentar que houve irregularidade na Dispensa de Chamamento Público realizada pela SEDES/DF, já que o valor do ajuste foi baseado na locação mensal de itens que compõem a estrutura do serviço, os quais deveriam ter sido computados como aquisição, e pagos assim uma única vez e não de modo mensal.

11. Outro ponto destacado pelo Ministério Público diz respeito ao valor da estimativa global da Dispensa de Chamamento Público, da ordem de R\$ 2.752.046,13. Tendo em vista que a meta de atendimento é de 200 pessoas por 90 dias, perfazendo, assim, o valor mensal de R\$ 4.586,74 por vaga ofertada.

12. Consulta realizada pelo MPjTCDF identificou outra Dispensa de Chamamento Público realizada pela SEDES/DF (Edição Extra nº 53 do DODF de 14/04/2020), destinada também à seleção de OSC para celebração de Termo de Colaboração, tendo por objeto a instalação do Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergências na Região Administrativa de Ceilândia, com meta de atendimento de 200 pessoas no prazo de 90 dias. Para essa Dispensa a SEDES/DF adotou outros parâmetros para a estimativa da despesa.

13. Informou o Órgão Ministerial que, na nova proposta de celebração de parceria, a SEDES/DF estimou os valores da estrutura (a qual também contempla itens como camas, armários, ventiladores, máquinas de lavar e secar, entre outros) e de material de consumo, pessoal e demais serviços de terceiros considerando o valor de referência estabelecido no Anexo I da Portaria SEDES/DF 290/2017, qual seja: R\$ 1.690,73 por pessoa atendida em um mês.

14. Adotando-se os mesmos parâmetros da segunda Dispensa de Chamamento Público no ajuste ora analisado, TC 01/2020, o MPjTCDF concluiu que o dispêndio mensal, por vaga atendida, foi da ordem de R\$ 2.725,77, ou seja, superior ao valor de referência estipulado no Anexo I da Portaria 290/2017.

15. Assim, com amparo nos parâmetros utilizados pela SEDES/DF para a definição de estimativa de valor para a Dispensa de Chamamento



Público de que trata o Ofício 331/2020 – GAB DEP. LÚCIA LUCY, afirma o Órgão Ministerial que há indicativo de que os fatos apresentados afrontam os princípios da economicidade e da eficiência.

16. Entende o MPJTCDF que há elementos que indicam a necessidade de atuação do TCDF, com finalidade de que seja apurado o prejuízo decorrente da execução das despesas no âmbito do TC 01/2020 celebrado com o Instituto Tocar, tendo em vista o pagamento mensal por locação de itens que, uma vez adquiridos, seriam suficientes para satisfazer a estrutura requerida para a realização do serviço ajustado.

17. Do mesmo modo, ressalta que a SEDES/DF não adotou o adequado valor de referência do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias na modalidade Abrigo Institucional, conforme Portaria 290/2017, correspondente à R\$ 1.620,73 por pessoa atendida/mês, sendo assim, provável, que o custo do ajuste do TC 01/2020 tenha onerado o erário.

18. Finaliza requerendo ao Tribunal que:

I- conheça da presente Representação e determine seu processamento em autos específicos, uma vez que estão presentes os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 230, § 2º, do RITCDF;

II- conceda prazo à SEDES/DF e ao Instituto Tocar para que apresentem esclarecimentos a respeito dos fatos narrados, com fundamento no art. 230, §7º, do RITCDF;

III- autorize a realização de procedimento de fiscalização por parte do Corpo Técnico do TCDF tendente a verificar os valores praticados no Termo de Colaboração Emergencial nº 1/2020 celebrado entre a SEDES/DF e o Instituto Tocar, que tem por objeto o Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência, mediante a promoção de apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com a oferta de alojamento provisório, atenções e provisões materiais, conforme as necessidade detectadas.

## 2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

Requisitos	S/N/NA	Observação:
2.1 - O Representante é legitimado?	SIM	Art. 230, §1º, IV, do RITCDF.
2.2 - A representação trouxe caracterização circunstanciada da situação (inciso I do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	-
2.3 - A representação foi redigida em linguagem clara e objetiva (inciso II do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	-



2.4 - A representação está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada (inciso III do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	-
2.5 - A representação tem enquadramento da matéria nas competências do Tribunal (inciso IV do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	-
2.6 - As informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos representados (inciso I do §6º do art. 230 do RITCDF)	SIM	-
<b>3. ANÁLISE PRELIMINAR DA ADMISSIBILIDADE:</b>		
<b>Requisitos</b>	<b>S/N/NA</b>	<b>Motivação para negativa</b>
3.1 Há necessidade de apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada ou interessado, conforme § 7º art. 230 do RITCDF?	NÃO	Os fatos apresentados pelo MPjTCDF já estão sendo verificados pelo Corpo Técnico em atendimento à Decisão TCDF 2.489/2020.
3.2 – Há necessidade de realização de inspeção	NÃO	-
3.4 – Há pedido de cautelar nos termos do art. 277 do RITCDF?	NÃO	-

**4. CONCLUSÃO DESCRITIVA:**

A Representação oferecida pelo Ministério Público junto ao TCDF refere-se à possível prejuízo decorrente da execução das despesas no âmbito do Termo de Colaboração Emergencial 01/2020, celebrado entre a Secretaria de Desenvolvimento do DF e o Instituto Tocar. O mencionado ajuste tem por objeto a prestação de Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergências, com finalidade de realizar acolhimento provisório, na modalidade de alojamentos, para a população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus. O serviço está sendo realizado no Autódromo Internacional de Brasília desde 07/04/2020.

2. Em suma, a Representação tem por motivação o Ofício do Gabinete da Deputada Distrital Lúcia Lucy<sup>3</sup> o qual notícia sobre a discordância da Parlamentar no que concerne a metodologia adotada pela Secretaria para a realização de despesas

---

<sup>3</sup> e-DOC E8569554, peça 8



ligadas à montagem/estrutura do serviço, tais como camas, roupeiros, travesseiros, entre outros. Pois, em que pese a pesquisa de preços da Jurisdicionada ter adotado como parâmetro a aquisição desses itens, a estimativa para o ajuste levou em conta a locação dos materiais, o que pode ter onerado o custo do serviço celebrado.

3. Além disso, o MPJTCDF identificou ausência nos documentos que dão base para a estimativa de valor total do ajuste da aplicação do valor de referência para o Serviço de Acolhimento Institucional, conforme previsto em Portaria da SEDES/DF, sendo possível que o custo do serviço celebrado no TC 01/2020 também tenha onerado os cofres públicos.

4. A Representação<sup>4</sup> em exame preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 230 do Regimento Interno do TCDF, podendo, portanto, ser conhecida pelo Plenário.

5. Ademais, ressalta-se que conforme Parecer 232/2020<sup>5</sup>, também do Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima, o MPJTCDF já havia solicitado à Corte de Contas autorização do exame de regularidade do Termos de Colaboração voltado ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, inclusive quanto aos valores praticados, tendo em vista a representatividade do valor envolvido e a relevância do tema.

6. Nesse sentido, por meio do item V.b da Decisão 1.394/2020 o Tribunal autorizou *“o exame da regularidade dos termos de colaboração voltados ao apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, firmados pela SEDES/DF, na auditoria tratada no Processo nº 7.743/2020”*.

7. Tendo em vista que as fiscalizações relacionadas à emergência de saúde pública, decorrentes do novo coronavírus, têm sido tratadas com prioridade pela Corte de Contas, conforme previsto no art. 2º da Resolução TCDF 333/2020, o Tribunal por meio da Decisão 2.489/2020, acolheu sugestão do Corpo Técnico<sup>6</sup> e decidiu *“I – autorizar que o exame de regularidade determinado pelo inciso V, alínea “b”, da Decisão nº 1.394/20 seja realizado em autos apartados;”*.

<sup>4</sup> e-DOC 3B097E26, peça 11

<sup>5</sup> Na ocasião, o Órgão Ministerial opinava sobre a diligência realizada pela equipe técnica referente à Inspeção de Termos de Colaboração da SEDES/DF com OSC's celebrados em 2016, Processo 28.759/2016 (e-DOC AC783459).

<sup>6</sup> Informação 031/2020 – SEASP, peça 2, e-DOC E99BBFE3-c.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

7 de 7

8. Assim, os presentes autos têm por finalidade atender à Decisão 2.489/2020, já estando assim atendido o requerido pelo MPJTCDF no que tange a autorização para realização de procedimento de fiscalização por parte do TCDF.

9. Nesse sentido, as questões levantadas na Representação 11/2020 – G4P, se admitida, serão incluídas na análise a ser realizada pelo Corpo Técnico deste Tribunal. Por esse motivo, entende-se que não se mostra necessária, neste momento, a oitiva da SEDES/DF e do Instituto Tocar, o que ocorrerá após o exame do Processo GDF SEI 00431-00004214/2020-91<sup>7</sup>, referente à instrução do TC 01/2020 pela SEDES, já em análise pela Unidade Técnica, conforme deliberado na Decisão 2.489/2020.

## 5. SUGESTÕES

Diante do exposto sugere-se o encaminhamento dos autos ao Exmo. Sr. Relator, com vistas a adoção das seguintes medidas:

- I. conhecer da Representação nº 11/2020 – G4P (e-DOC 3B097E26-e, peça 11);
- II. autorizar o retorno dos autos à SEASP para as providências cabíveis.

À consideração superior.

**Márcia Helena da Silva**  
ACE 1582-4

Senhor Secretário,

De acordo com a Instrução e com as sugestões propostas.

2ª Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública.

**Davi Assunção Salvador Nery de Castro**  
Diretor

---

<sup>7</sup> e-DOC E93EE009, documento associado ao e-TCDF.